

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Trabalhos publicados</i>	5
<i>Breve currículo do autor</i>	13
<i>Nota à 34ª edição</i>	17
<i>Siglas e abreviaturas</i>	21

TÍTULO I

INTERESSE E LEGITIMAÇÃO

CAPÍTULO 1

As várias categorias de interesses

1. Interesse público e interesse privado	49
2. Interesse público primário e secundário	51
3. Interesses transindividuais e sua tutela coletiva	52
4. Interesses difusos	55
5. Interesses coletivos	57
6. Interesses individuais homogêneos	59
7. Conclusões	60

CAPÍTULO 2

Legitimação ordinária e extraordinária

1. Legitimação ordinária..... 67
2. Legitimação extraordinária..... 67
3. Conclusão 72

TÍTULO II

A AÇÃO CIVIL PÚBLICA E O MINISTÉRIO PÚBLICO

CAPÍTULO 3

Ação civil pública

1. O que é ação civil pública ou ação coletiva..... 77
2. Ações de iniciativa do Ministério Público..... 79
3. Ações fundadas na Constituição da República..... 79
4. Ações fundadas no Código Civil..... 80
5. Ações fundadas no Código de Processo Civil..... 81
6. Ações fundadas no Código de Processo Penal..... 81
7. Ações fundadas no Estatuto da Criança e do Adolescente..... 82
8. Ações fundadas na legislação trabalhista..... 83
9. Ações fundadas na Lei de Registros Públicos..... 83
10. Ações fundadas na Lei de Loteamentos 84
11. Ações fundadas em leis diversas 84

CAPÍTULO 4

A atuação do Ministério Público no processo civil

1. Atuação no processo civil em geral..... 89
2. A causa e a finalidade da atuação 95

3.	A obrigatoriedade da ação civil pública.....	97
	a) O dever de agir	97
	b) O caráter vinculado da atuação	100
	c) O princípio da obrigatoriedade na Lei n. 7.347/85.....	100
	d) O princípio da discricionariedade controlada.....	101
4.	A não propositura da ação civil pública	103
5.	A obrigação de assumir a ação	104
6.	O aditamento à petição inicial	104
7.	Intervenção pela natureza da lide	110
8.	Intervenção pela qualidade da parte.....	110
9.	Vinculação ou desvinculação ao interesse	113
10.	Limites da atuação vinculada	114
11.	Natureza jurídica da intervenção pela qualidade da parte.....	116
12.	Pluralidade de membros no processo.....	116
13.	Hipóteses de intervenção protetiva	119
14.	Limites ao poder de impulso	120
15.	A defesa de interesses individuais	123
16.	A defesa de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	124
17.	Impetração de mandado de segurança	128
18.	A jurisdição voluntária	129
19.	O Ministério Público como réu	132
20.	A falta de intervenção do Ministério Público	133
21.	O Ministério Público e a litigância de má-fé.....	136

TÍTULO III

A DEFESA DOS INTERESSES

DIFUSOS E COLETIVOS

NAS LEIS NS. 7.347/85 E 8.078/90

CAPÍTULO 5

Origens e alterações da Lei n. 7.347/85

1.	Os primeiros trabalhos.....	143
----	-----------------------------	-----

2.	Cotejo entre os projetos	145
3.	Alterações trazidas pela legislação subsequente	148
4.	Restrições ao sistema de defesa coletiva	150
5.	Litisconsórcio e compromisso de ajustamento	152
6.	O Código de Processo Civil de 2015	153
a)	Generalidades	153
b)	O papel dos precedentes	163
c)	A vedação do acesso coletivo à jurisdição	172
d)	A suspensão das ações individuais	174
e)	A disciplina da coisa julgada coletiva	182
f)	Conclusão	182

CAPÍTULO 6

Objeto da Lei n. 7.347/85

1.	Campo de incidência	185
2.	O veto imposto à Lei n. 7.347/85	187
3.	A defesa de qualquer interesse transindividual	189
4.	Causa de pedir e natureza do pedido	189
5.	A defesa do patrimônio público e da probidade administrativa ..	194
6.	O controle do ato administrativo	194
7.	Litígios estruturais e estratégicos	199
8.	Os princípios da eficiência e da razoabilidade	203
9.	Ação civil pública e ação direta de inconstitucionalidade	204
10.	A defesa do contribuinte e de outros interesses análogos	208
11.	Os danos morais e patrimoniais	208
12.	Direito de resposta coletivo	212
13.	Distinção entre ação civil pública, ação popular e mandado de segurança coletivo	213

CAPÍTULO 7

Proteção ao meio ambiente

1.	A proteção legal ao meio ambiente	219
2.	Conceito de meio ambiente	224
3.	A proteção às coisas, aos animais e aos vegetais	225
4.	Consciência social da preservação ambiental	227
5.	Legitimação para a ação ambiental	228

CAPÍTULO 8

Proteção ao consumidor

1. Conceito doutrinário de consumidor	233
2. Conceito legal de consumidor	235
3. Direitos do consumidor	239
4. Cláusulas abusivas	240
5. Consumidores diversos	243
6. O papel do Ministério Público	244
7. O consumidor individual	246
8. O Ministério Público e o atendimento ao público	248
9. A defesa do consumidor no campo da publicidade	249
10. O ônus da prova	251
11. Crítica sobre a defesa do consumidor	251
12. Conclusões	252

CAPÍTULO 9

Proteção ao patrimônio cultural

1. Generalidades	255
2. O patrimônio cultural	256
3. O patrimônio artístico e estético	256
4. O tombamento	257

CAPÍTULO 10

Proteção ao patrimônio público e social

1. O patrimônio público e a improbidade administrativa	259
a) Evolução legislativa	259
b) Quem defende o patrimônio público	262
c) A moralidade administrativa	264
d) O papel do Tribunal de Contas	266
e) O objeto da investigação e o polo passivo	267
2. Os atos de improbidade administrativa	268
a) Os atos que importem enriquecimento ilícito	272
b) Os atos que importem lesão ao erário	272
c) Os atos que atentem contra os princípios da Administração ..	273
3. A responsabilidade	273

4.	A questão do prejuízo	275
5.	As sanções	278
6.	A natureza jurídica da ação de improbidade administrativa	281
7.	A competência.....	289
8.	A prescrição.....	289
9.	O processo	300
10.	O Ministério Público na defesa do patrimônio público	302
11.	O patrimônio social.....	312
12.	A transação	313

CAPÍTULO 11

Tombamento

1.	O tombamento como forma de proteção administrativa	315
2.	Outras formas especiais de proteção	317
3.	Natureza jurídica do tombamento	321
4.	Conclusões.....	322

CAPÍTULO 12

Tutela provisória e definitiva e as ações individuais

1.	Tutelas provisórias e definitivas	325
	a) Provimentos jurisdicionais possíveis	325
	b) Provimento mandamental	328
	c) Provimento injuntivo	330
2.	Rito processual.....	330
3.	Tutelas de urgência.....	331
4.	Antecipação da tutela.....	334
5.	Ações individuais e sua suspensão.....	335

CAPÍTULO 13

Ação penal para defesa de interesses transindividuais

1.	Generalidades	345
	a) O direito de punir.....	345
	b) Tutela penal de interesses transindividuais	346

c) Prejudicialidade entre ação civil e ação penal	346
d) Prejudicialidade entre ação penal e ação civil	347
2. Iniciativa da ação penal	351
3. A ação penal privada subsidiária	352
4. Assistência ao Ministério Público	353

CAPÍTULO 14

Ações declaratórias e constitutivas

1. Ações alcançadas pela Lei n. 7.347/85	355
2. A norma residual de proteção a outros interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos	357

CAPÍTULO 15

Conexidade, continência e litispendência

1. Conexidade e continência	359
2. Litispendência	362
3. Unidade ou extinção de processos	366

CAPÍTULO 16

Competência

1. As regras gerais	369
2. As questões decorrentes das relações do trabalho	372
a) A competência da Justiça do Trabalho	372
b) O meio ambiente do trabalho	375
c) Os interesses transindividuais indiretamente ligados às relações do trabalho	379
3. A competência absoluta	380
4. A competência em matéria de interesses transindividuais	381
a) Interesses difusos e coletivos	381
b) Interesses individuais homogêneos	381
c) A competência do juiz prolator	381
d) Conclusão	387
5. A competência em matéria de defesa do consumidor	388
a) A competência relativa	388
b) O domicílio dos substituídos	390
6. A competência em ação de improbidade administrativa	391

7.	A competência em matéria de infância e juventude	394
8.	Os danos nacionais e regionais	396
9.	O critério da prevenção	399
10.	O interesse da União e de vários Estados	400
11.	A disputa sobre direitos indígenas	405
12.	A questão do foro por prerrogativa de função	406
13.	A inexistência de juízo universal nas ações coletivas	414
14.	A competência para a liquidação e a execução	415
15.	Considerações finais	415

CAPÍTULO 17

Legitimação ativa

1.	Legitimados ativos	417
2.	Representatividade adequada	423
3.	Legitimação de associações, partidos políticos, sindicatos e fundações privadas	432
	a) Legitimação das associações civis	432
	b) Legitimação dos partidos políticos	441
	c) Legitimação dos sindicatos	442
	d) Legitimação das fundações privadas	447
4.	A legitimação ativa do Ministério Público	448
5.	A legitimação dos entes públicos	455
6.	A legitimação concorrente	456
7.	Ampliação da legitimidade ativa	458
8.	Os cidadãos e os titulares de interesses individuais	459

CAPÍTULO 18

Litisconsórcio e assistência

1.	Generalidades	465
2.	Litisconsórcio	465
3.	Litisconsórcio ulterior e aditamento à inicial	469
4.	Ministério Público autor e fiscal	470
5.	Litisconsórcio entre Ministérios Públicos	471
6.	As várias formas de assistência	478
	a) Os colegitimados	478
	b) Os indivíduos lesados	478
	c) Os terceiros	482

CAPÍTULO 19

Legitimação passiva

- | | | |
|----|--|-----|
| 1. | Os legitimados passivos | 485 |
| | a) A regra geral..... | 485 |
| | b) A decisão de questão prejudicial incidental | 485 |
| | c) O Ministério Público como réu..... | 486 |
| | d) As autoridades no polo passivo..... | 486 |
| | e) A desconsideração da personalidade jurídica..... | 487 |
| | f) Entes sem personalidade jurídica..... | 490 |
| | g) A intervenção de terceiros | 490 |
| | h) A citação dos beneficiários do ato impugnado | 491 |
| 2. | A substituição processual no polo passivo..... | 493 |
| 3. | O Estado como legitimado passivo | 500 |
| 4. | A responsabilidade solidária e a responsabilidade regressiva.... | 503 |

CAPÍTULO 20

Interesse processual

- | | | |
|----|---|-----|
| 1. | Interesse processual quanto ao Ministério Público | 507 |
| 2. | Os demais legitimados | 509 |
| 3. | A subsistência do interesse processual | 511 |

CAPÍTULO 21

Unidade do Ministério Público

- | | | |
|----|--|-----|
| 1. | Princípios institucionais | 513 |
| 2. | As promotorias de Justiça..... | 515 |
| 3. | Pluralidade ou unidade de agentes no feito | 516 |
| 4. | Conflitos de atribuições | 518 |
| 5. | Litisconsórcio de Ministérios Públicos | 522 |

CAPÍTULO 22

Desistência da ação

- | | | |
|----|---|-----|
| 1. | Generalidades sobre a desistência da ação civil pública | 523 |
| 2. | Recusa ministerial em assumir a ação | 526 |
| 3. | Homologação pelo colegiado competente | 527 |
| 4. | Desistência pelos demais legitimados ativos..... | 528 |

CAPÍTULO 23

Desistência pelo Ministério Público

1. Igual tratamento processual para as formas de desistência 531
2. Homologação pelo colegiado competente 534

CAPÍTULO 24

Desistência e renúncia ao recurso

1. Atos de desistência ou renúncia ao recurso 537
2. Caráter excepcional dos atos 538
3. Efeitos 539
4. Desistência pelo Ministério Público 539
5. Oitiva do colegiado competente 541

CAPÍTULO 25

Formas de autocomposição

1. Generalidades 543
 - a) A possibilidade de transigir 543
 - b) O compromisso de ajustamento de conduta 545
 - c) O acordo de leniência 545
 - d) A mediação 547
 - e) O acordo de colaboração premiada 548
 - f) O acordo de não persecução cível 550
 - g) Limites dos acordos 552
 - h) Audiência preliminar 553
2. Análise do compromisso de ajustamento de conduta 554
 - a) Criação 554
 - b) As partes 561
 - c) Natureza jurídica 566
 - d) Características 569
 - e) Compromisso preliminar 572
 - f) A discordância dos interessados 574
 - g) Efeitos 576
 - h) Papel do órgão colegiado 581
 - i) O cumprimento e a rescisão 582
3. A autocomposição em juízo 585

CAPÍTULO 26

Notificações, requisições e dever de informação

1.	As notificações.....	587
2.	As requisições.....	589
3.	As matérias sigilosas	592
4.	A requisição de informações eleitorais e bancárias.....	596
5.	Requisições à autoridade policial.....	599
6.	Desatendimento à requisição.....	599
7.	O particular e o acesso à informação	599
8.	A chamada <i>Lei da Mordaza</i>	601

CAPÍTULO 27

Inquérito civil

1.	Generalidades	605
2.	Instauração, competência e objeto	612
3.	Instrução e sigilo.....	616
4.	Conclusão do inquérito civil.....	623
5.	O arquivamento implícito	626
6.	Controle do arquivamento.....	628
7.	O arquivamento de outros inquéritos civis que não os da Lei n. 7.347/85.....	631
8.	Recursos no inquérito civil.....	632
9.	Compromisso de ajustamento	635
10.	Audiências públicas e recomendações.....	635

CAPÍTULO 28

Tramitação do inquérito civil no colegiado competente

1.	As providências prévias	637
2.	O arrazoamento pelas associações	638
3.	O arrazoamento pelos demais legitimados, pelos lesados e por terceiros	639

- 4. A matéria regimental 640
- 5. A deliberação do colegiado 640

CAPÍTULO 29

Efeitos do arquivamento do inquérito civil

- 1. Generalidades 643
- 2. Compromisso de ajustamento 646
- 3. O arquivamento e a decadência 647

CAPÍTULO 30

Impedimento e suspeição

- 1. Distinções 649
 - a) Generalidades 649
 - b) Impedimento em sentido lato 649
 - c) Impedimentos e motivos de suspeição para fins processuais 651
- 2. Impedimento e suspeição nas ações civis públicas 652
 - a) Interesses transindividuais 652
 - b) Arquivamento do inquérito civil 653
 - c) Conversão em diligência 656
 - d) Aconselhamento às partes 657
 - e) Tomada de compromisso de ajustamento 659
- 3. Arguição do impedimento ou da suspeição 659
- 4. Incompatibilidade de acumular funções conflitantes 660

CAPÍTULO 31

Crime contra a Administração Pública

- 1. Os crimes do art. 10 da Lei n. 7.347/85 e do art. 8º, VI, da Lei n. 7.853/89 661
- 2. Crítica aos institutos 665

CAPÍTULO 32

Liminares e recursos

1.	Distinções prévias	667
2.	O mandado liminar	672
3.	A proibição de concessão de liminar	674
4.	Impugnações à decisão sobre a liminar	675
	a) Impugnação à concessão da liminar	676
	b) Impugnação à denegação da liminar	681
5.	A reconsideração da liminar	682
6.	Os recursos em geral	683

CAPÍTULO 33

Multas

1.	As multas cominatórias	687
2.	Multa liminar	689
3.	Multa imposta em tutela antecipada	689
4.	Multa imposta na sentença	690
5.	Multas administrativas e multas impostas em compromisso de ajustamento	692
6.	A multa criminal	693

CAPÍTULO 34

Fundo para reconstituir o bem lesado

1.	A reparação de interesses difusos lesados	695
2.	O fundo do art. 13 da Lei n. 7.347/85	696
3.	Outros fundos semelhantes	698
4.	Fundo federal e fundos estaduais	698
5.	A participação de membros do Ministério Público	699
6.	As receitas do fundo	700
7.	As finalidades do fundo	700

CAPÍTULO 35

A reparação das lesões individuais

- | | | |
|----|---|-----|
| 1. | Generalidades | 703 |
| 2. | Perda do prazo para habilitação dos lesados | 708 |

CAPÍTULO 36

Liquidação, cumprimento da sentença e execução

- | | | |
|-----|---|-----|
| 1. | A liquidação da sentença | 713 |
| 2. | O cumprimento da sentença no processo coletivo | 717 |
| | a) Generalidades | 717 |
| | b) O cumprimento da sentença e a impugnação | 718 |
| | c) A execução provisória | 722 |
| 3. | A execução de título extrajudicial e os embargos | 723 |
| 4. | Observações comuns à liquidação e ao cumprimento
da sentença | 724 |
| 5. | A presença de mais de um tipo de interesse transindividual | 727 |
| 6. | A escolha do foro pelo lesado individual | 728 |
| 7. | O foro para a liquidação e o cumprimento da sentença | 729 |
| 8. | Os autos da liquidação e do cumprimento da sentença | 730 |
| 9. | A questão da suposta competência territorial do juiz | 733 |
| 10. | A preferência das indenizações individuais | 735 |
| 11. | O papel do Ministério Público | 736 |

CAPÍTULO 37

Coisa julgada

- | | | |
|----|--|-----|
| 1. | A coisa julgada como fenômeno processual | 741 |
| 2. | Os supostos limites territoriais da coisa julgada | 742 |
| 3. | A coisa julgada em matéria de interesses transindividuais | 746 |
| 4. | Alcance das expressões <i>erga omnes</i> e <i>ultra partes</i> | 750 |
| 5. | A coisa julgada coletiva e as ações individuais | 752 |

6.	Alguns exemplos de coisa julgada coletiva	755
7.	A coisa julgada coletiva segundo o resultado do processo	757
8.	Quadros sinóticos	758
9.	Apreciação conclusiva sobre a coisa julgada coletiva	760
10.	A reabertura da ação e a rescisão da coisa julgada	761
11.	A necessidade de mitigar a coisa julgada coletiva	766

CAPÍTULO 38

As custas e os demais encargos da sucumbência

1.	As custas e os encargos processuais	771
2.	Consequências processuais da sucumbência	772
3.	O Ministério Público, os honorários e a improcedência	779

CAPÍTULO 39

A prova e a avaliação dos danos

1.	Generalidades	783
2.	O ônus da prova e seu custeio	785
3.	As dificuldades na avaliação	791
4.	O papel da perícia	794

CAPÍTULO 40

Responsabilidade e culpa

1.	Responsabilidade com ou sem culpa	797
2.	Exclusão da responsabilidade	802
3.	O nexo causal	804
4.	A prescrição e a decadência	806
	a) Generalidades	806
	b) O meio ambiente	809
	c) O patrimônio público	810
	d) Os consumidores	810
	e) Os outros interesses transindividuais	811
	f) A interrupção e a suspensão da prescrição	812

CAPÍTULO 41

Responsabilidade estatal

1. O Estado como causador do dano a interesses transindividuais 813
2. O Estado no polo passivo da ação 814

CAPÍTULO 42

Responsabilidade dos agentes públicos

1. A responsabilidade dos agentes públicos e dos agentes políticos 817
2. A responsabilidade do membro do Ministério Público 820
3. A questão da responsabilidade por culpa do membro do Ministério Público 822
4. A atividade opinativa do membro do Ministério Público 826
5. A ação de responsabilidade civil 827
6. A denúncia da lide 829
7. A responsabilização de membro do Ministério Público por medida provisória 830
8. Conclusões 833

TÍTULO IV

A DEFESA DE OUTROS INTERESSES

DIFUSOS E COLETIVOS

CAPÍTULO 43

Defesa das pessoas com deficiência

1. O princípio da igualdade 837
2. A defesa da pessoa com deficiência 844
3. A questão terminológica 848

4.	Princípios, diretrizes, objetivos e equiparação de oportunidades	849
5.	A acessibilidade em geral	849
6.	O mercado de trabalho	850
7.	A pessoa com deficiência e a capacidade civil.....	855

CAPÍTULO 44

Defesa dos investidores no mercado de valores mobiliários

1.	O Ministério Público na defesa dos investidores	857
2.	Limites para a atuação ministerial.....	859
3.	A prescrição e a decadência	860

CAPÍTULO 45

Defesa da criança, do adolescente e do jovem

1.	A defesa de interesses difusos e coletivos da infância à juventude	861
2.	A competência para a ação civil pública.....	864
3.	Hipóteses de ações civis públicas.....	865

CAPÍTULO 46

Defesa da ordem econômica e financeira

1.	Generalidades	869
2.	Hipóteses de ações civis públicas.....	871
3.	Acordos de leniência.....	872

CAPÍTULO 47

Defesa da ordem urbanística

1.	Generalidades	873
2.	A defesa dos interesses transindividuais ligados ao urbanismo	874

CAPÍTULO 48

Defesa das pessoas idosas

1. Generalidades 877
2. A política nacional da pessoa idosa..... 879
3. O Estatuto da Pessoa Idosa 882
4. O Ministério Público e as pessoas idosas 884

CAPÍTULO 49

Defesa de grupos étnicos, religiosos e das minorias

1. A democracia e seus problemas 889
2. O respeito a grupos étnicos, religiosos e minorias 892
3. A chamada *discriminação positiva* 894
4. A defesa dos interesses transindividuais ligados às minorias..... 899

CAPÍTULO 50

Defesa das mulheres

1. Generalidades 901
2. O princípio da igualdade 902
3. A defesa de interesses transindividuais 904

CAPÍTULO 51

Defesa dos contribuintes

1. Generalidades 907
2. A defesa coletiva do contribuinte..... 907

CAPÍTULO 52

Defesa de qualquer interesse transindividual

1. Generalidades 917
2. A vedação de tutela coletiva 919
3. A defesa de interesses difusos ou coletivos..... 924
4. A defesa de interesses individuais homogêneos 925

ANEXOS

LEGISLAÇÃO

1. Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985 929
2. Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (CDC, arts. 81-104)... 935

RESOLUÇÃO

- Resolução n. 23 do CNMP, de 17 de setembro de 2007 941

MODELOS

1. Portaria inicial de inquérito civil 951
2. Compromisso de ajustamento 953
3. Promoção de arquivamento de inquérito civil 955
4. Petição inicial de ação civil pública (meio ambiente) 957
5. Petição inicial de ação civil pública (consumidor) 959
6. Quesitos para perícias ambientais mais comuns 961

Bibliografia específica 963

Índice alfabético-remissivo 979